

Associação Portuguesa de Sociologia



**Exame Nacional do
Ensino Secundário**

**Prova Escrita de
Sociologia**

1ª FASE – 2006

Grupo II

1. Este pequeno excerto de Pedro Moura Ferreira descreve de forma sumária uma das tendências centrais da transformação dos valores nas sociedades modernas, particularmente as de matriz cultural europeia e com níveis mais elevados de desenvolvimento sócio-económico: o aumento das possibilidades de escolha e actuação individuais. Esta transformação dos quadros simbólico-ideológicos contemporâneos no sentido da individualização não acontece no vázio social, nem se dá independentemente das profundas mudanças nas estruturas objectivas das sociedades ocorridas na Modernidade. De facto, se existe uma autonomia relativa do domínio do simbólico (com impacto relevante na complexidade dos processos de causalidade social, dos mais difíceis de compreender e explicar), é sempre nos processos históricos de relacionamento social (e nos seus padrões estruturados e mesmo sistémicos, sem no entanto descurar níveis mais individuais da realidade social) que devemos procurar os fundamentos das transformações dos valores e representações sociais que dão forma àquilo a que se convencionou chamar de cultura de uma dada colectividade. Esta cultura simbólica, constituída por esquemas dinâmicos de percepção, categorização e avaliação imateriais, mesmo que ancorada na realidade tangível das relações sociais (e das desigualdades, processos de dominação e conflitos aí protagonizados), constituiu-se como elemento central da vida social, já que dá forma e conteúdos aos esquemas valorativos e representacionais, com implicações para a acção, que os indivíduos, nos seus contextos específicos de relacionamento social, veiculam. Neste sentido, os valores dominantes, particularmente quando a essas estruturas simbólicas correspondem estruturas dinâmicas de diferenciação social (económicas, classistas, institucionais e organizacionais, etc.), orientam a cognição e acção dos sujeitos sociais, logo também, como nos diz o texto, “os julgamentos morais” produzidos sobre a maior variedade imaginável de tópicos socialmente relevantes, tais “como a eutanásia, o aborto, o suicídio ou a homossexualidade”. Não é por acaso que o texto citado refere estas problemáticas sociais. Como acima foi dito, os valores transformam-se em grande medida devido aos processos de mudança social. Ora, os processos de mudança social nas sociedades modernas, devido à complexificação da divisão social do trabalho e ao aumento da diferenciação sistémica, produziram um aumento da individualização dos sujeitos sociais (sem, obviamente, erradicar as suas pertenças colectivas e grupais), consubstanciado numa maior autonomia dos agentes individuais face aos constrangimentos normativos típicos das sociedades mais tradicionais (prescrições e proscricões essas em regra associadas às pertenças colectivas e às tentativas de manutenção de uma ordem de dominação institucional com pouco espaço de legitimidade para a diferença social ou individual). Assim, os domínios que hoje em dia tendem a ser vistos como áreas de escolha e “liberdade individual”, tais como os da “vida ou... da sexualidade”, tendem a ser objectos de discussões sociais que vão no sentido da aceitação justificada de situações anteriormente “estigmatizadas”, tendendo para uma “permissividade”, ou seja, diminuição das prescrições proibitivas explícitas, que permite, como nos diz Pedro Moura Ferreira, um “alargamento das escolhas individuais em termos das orientações, das atitudes e dos estilos de vida.”

2. Todos os fenómenos sociais são historicamente contextuais, isto é, só existem no decurso de processos de relacionamento entre agentes sociais localizados espaço-temporalmente, logo, as definições e especificidades das culturas e sociedades devem ser analisadas face aos seus próprios processos sociais que constroem as significações autóctones de cada espaço social. Sendo assim, os fenómenos sociais são relativos, variando consoante os espaços e tempos de relacionamento social que os produzem, ou seja e dito de forma mais simples, variam de sociedade para sociedade e de momento

histórico para momento histórico. Esta relatividade dos fenómenos sociais está bem patente nos processos de mudança simbólica descritos por Pedro Moura Ferreira, nomeadamente na ideia de que os “juízos morais das pessoas estão a mudar em determinados domínios, como o da vida ou da sexualidade”, mudança essa que diz respeito ao facto de serem crescentemente vistos como sendo domínios de escolha individual. Os processos de mudança social a que o texto se refere dizem respeito a uma valorização do espaço de liberdade individual, que se manifesta numa maior “permissividade” em questões como “a eutanásia, o aborto, o suicídio ou a homossexualidade”. Estes processos de mudança ideológica são relativos às mudanças sociais especificamente ocorridas nas sociedades modernas no sentido de uma maior liberalização e realce das capacidades e possibilidades de actuação dos indivíduos, por contraposição a momentos históricos anteriores mais tradicionalistas, de maior fechamento normativo e de menor autonomia individual face às regras colectivas.

3. A metodologia de análise extensiva, tal como a utilizada por Émile Durkheim na sua obra clássica sobre o suicídio, permite o estudo de populações extensas e numerosas, através da recolha de dados susceptíveis de serem quantificados e tratados estatisticamente, podendo chegar-se a conclusões indutivas sobre regularidades sociais estatisticamente significativas. Para atingir estes objectivos deverão ser aplicadas técnicas quantitativas, como, por exemplo, o inquérito por questionário, a análise de conteúdo quantitativa ou a análise de estatísticas produzidas institucionalmente (como as estatísticas oficiais, tal como Durkheim fez no seu estudo clássico). A utilização do inquérito por questionário apresenta-se como uma das mais frequentes estratégias extensivas, devido, nomeadamente, à opção por um questionamento o mais padronizado possível que permita a comparabilidade das respostas, bem como o seu tratamento estatístico. O carácter padronizado do questionamento é, assim, atingido pela utilização de questões fechadas, uma vez que estas, por consistirem em perguntas o mais claras e precisas possíveis (logo, onde se pretende a diminuição da variabilidade dos sentidos interpretativos) e num leque finito, definitivo e exaustivo de respostas mutuamente exclusivas, permitem não só a agregação e comparação estatística dos resultados obtidos, como também o tratamento e análise estatística das diversas variáveis ou indicadores resultantes, deste modo possibilitando a generalização dos resultados e conclusões estatisticamente fundamentadas e sociologicamente relevantes para o universo populacional em questão (tenha sido este alcançado através de amostragem ou de inquirições censitárias). Se estas técnicas extensivas se adequam melhor a investigações que privilegiam a análise quantitativa, é verdade que a utilização de formas mais qualitativas de questionamento não está, à partida, afastada aquando da utilização de inquéritos por questionário. De facto, é possível e até potencialmente vantajoso que, para algumas áreas ou questionamentos específicos (particularmente aqueles onde o conhecimento sobre as possibilidades de resposta é parco, ou onde se pretende alcançar uma maior profundidade ou variabilidade nas respostas individuais), se apliquem questões abertas, embora estas, num inquérito extensivo, devam, por regra, ser utilizadas parcimoniosamente. A formulação de questões abertas em inquérito por questionário, devendo obedecer ao mesmo princípio de clareza e precisão das perguntas, caracteriza-se pela inexistência de um conjunto de respostas pré-dadas dentro das quais o inquirido deve fazer a sua escolha. Neste sentido, pretende-se, ao dar uma maior liberdade ao inquirido de construir a sua resposta, trazer ao de cima as categorias e narrativas próprias dos sujeitos questionados. É claro que, no âmbito da aplicação de inquéritos por questionário para tratamento estatístico, mesmo estas respostas abertas serão objecto de categorização ou tipologização (pela agregação de respostas relativamente semelhantes consoante os objectivos teóricos e analíticos da investigação em causa), assim se perdendo parte relevante da sua profundidade subjectiva, mas ganhando-se, por outro lado, a possibilidade de tratar

estatisticamente (e, portanto, generalizar indutivamente) um conjunto de respostas emanadas directamente da consciência dos inquiridos.

Grupo III

1. O texto citado de Teresa Seabra aborda uma das problemáticas centrais em qualquer discussão que se possa hoje em dia ter sobre a instituição escolar e o sistema de ensino: o facto comprovado de que diferentes públicos escolares apresentam desigualdades sociais de partida (em sentido amplo – culturais, económicas, cognitivas, linguísticas, de organização do tempo, etc.) face às exigências das instituições escolares e que estas, se têm como objectivo definido a qualificação da população estudantil, devem encontrar os meios e processos que diminuam a reprodução da desigualdade social através do próprio funcionamento e lógica cultural das escolas. De facto, o que está aqui presente é a constatação da não-neutralidade da cultura escolar. Se durante bastante tempo os fenómenos de insucesso escolar por parte dos alunos que não veiculavam à partida a cultura escolar (devido às particularidades das suas origens sociais), foi estritamente pensado como um de insuficiência de preparação por parte destes e de suas famílias, a investigação sociológica veio demonstrar que a própria instituição escolar e seus agentes, sem terem disso grande consciência e mesmo contra a sua vontade explícita, actuavam como espaço de discriminação e exclusão, privilegiando alunos com origem sociais mais favorecidas em termos de competências culturais e condições sócio-económicas. A escola seria assim uma instituição classista, isto é, caracterizada por reproduzir a desigualdade social ao impor como dominante a cultura das classes dominantes, mesmo que os seus objectivos explícitos e a vontade dos seus protagonistas fossem a isso contrárias. Neste sentido, a escola, enquanto importante agente de socialização nas sociedades modernas, veicularia as normas e valores dos dominantes, mesmo que paradoxalmente contrariando a sua lógica oficial de integração social não discriminatória e de qualificação meritocrática da população estudantil. Daí o texto afirmar que as probabilidades de sucesso escolar “são menores” para os alunos oriundos “dos grupos sociais mais desfavorecidos”, não só em termos das suas origens de classe, mas também em termos das suas pertenças étnicas. O funcionamento real da escola seria, então e mesmo contra a vontade e objectivos dos seus protagonistas, o contrário da promoção da igualdade de oportunidades e da superação das desigualdades sociais, pois não garantiria as condições de sucesso escolar de todos os alunos, independentemente das suas particularidades sociais. É esta a razão porque Teresa Seabra afirma ser “hoje consensual que a escola deve tomar como ponto de partida (...) o universo cultural das crianças que acolhe, de modo a reduzir a ruptura cultural sentida, em relação ao universo escolar, pelos alunos com menores probabilidades de sucesso” à partida. É isto porque se a cultura escolar não é socialmente neutra, por ser a cultura dos dominantes, é também ela que permite uma maior possibilidade de complexificação cultural (cognitiva, linguística, técnica, artística, científica, etc.), que possibilita a autonomia face às particularidades sociais redutoras dos universos mentais e práticos dos alunos, logo, é potencialmente veiculadora de uma cultura universalizante, cultura essa que, quando incorporada pelos alunos, lhes aumenta o leque de possibilidades de escolha e actuação, nomeadamente em termos de escolhas sócio-profissionais e dos impactos que estas têm em termos da sua posição social (nomeadamente a possibilidade de alcançar posições sociais mais favorecidas).

2. Todos os processos de investigação científica deparam-se com obstáculos de vária ordem a que se podem chamar de obstáculos epistemológicos e que têm necessariamente de ser superados para que se possa alcançar um conhecimento o menos enviesado possível

sobre a realidade estudada. Grande parte dos obstáculos que se colocam à investigação sociológica dizem respeito a modalidades de pensamento produzidas pelo senso comum, isto é pelo conhecimento veiculado e produzido pelos sujeitos sociais adequado aos seus contextos específicos de relacionamento social, tais como a redução dos fenómenos sociais às escolhas individuais (obstáculo do individualismo), ou a supostos fenómenos naturais ou biológicos (obstáculo do naturalismo) ou ainda o enviesamento discriminatório na avaliação da diferença social (obstáculo do etnocentrismo). Para a superação destes e doutros obstáculos epistemológicos várias estratégias de superação existem, sendo de ter consciência que a ruptura com tais enviesamentos e ideias pré-concebidas não resulta apenas da aplicação de um conjunto limitado de regras de observação de aplicação meramente técnica ou mecânica. A superação e ruptura epistemológica é um processo de vigilância constante e em todas as etapas de uma investigação sociológica, que implica necessariamente uma postura crítica por parte do próprio cientista, mesmo em relação às ideias que o próprio pode veicular. Algumas das estratégias centrais de superação dos obstáculos podem ser a contextualização e relativização histórica (espácio-temporal) dos fenómenos de relacionamento social e dos seus produtos, o que permite, em grande medida, superar obstáculos como o etnocentrismo, pois reconduz os fenómenos e factos sociais aos seus territórios de emergência, logo às lógicas sociais e culturais específicas que estão na sua génese. A explicação do social pelo social, ou seja, o explicar dos fenómenos sociais como decorrentes das próprias relações sociais, é também uma regra essencial da explicação sociológica e de superação epistemológica, pois permite, por exemplo, constatar a variedade comportamental dos sujeitos sociais, assim afastando qualquer falsa ideia de determinismos naturais ou biológicos (desmentidos pela própria variedade social e cultural humana) ou de redução a meras escolhas individuais de processos onde podem ser claramente constatadas regularidades colectivas que ultrapassam a consciência e acção individuais.

3. Apesar das dificuldades de sucesso escolar que caracterizam os alunos oriundos de minorias étnicas desfavorecidas, dificuldades essas referidas por Teresa Seabra no texto citado, a escola pode potencialmente funcionar para esses colectivos desfavorecidos como lugar de oportunidades de mobilidade social ascendente, ou seja, de passagem para uma posição relativa no espaço das desigualdades sociais mais vantajosa do que a de origem. É através da escola, de facto e na medida em que esta consiga integrar e qualificar alunos socialmente marcados pela diferença social e cultural, que os alunos das chamadas minorias étnicas vão poder obter um conjunto de conhecimentos, competências e aptidões, certificadas e reconhecidas, que lhes podem permitir níveis superiores de recursos culturais aos dos seus contextos de origem (por exemplo, familiares). Ora, estes recursos culturais escolarmente adquiridos poderão facultar-lhes acesso a lugares na estrutura sócio-profissional (com todos os impactos que tal provoca, não de somenos os salariais) mais privilegiados daqueles que à partida possuíam. A escola funciona, assim e não apenas para as chamadas minorias étnicas, como espaço central dos processos de mobilidade social, dada nomeadamente a centralidade das competências escolares nos mercados de emprego das sociedades modernas, logo, a centralidade dos capitais culturais nos processos de diferenciação e desigualdade sociais.